

Espaço, universo de relações e a questão da alteridade. Uma reflexão sobre a cidade de São Paulo/ Brasil

Marielys Siqueira Bueno¹ | Maria do Rosário Rolfsen Salles² | Sênia Bastos³

Resumo

Este artigo tem por objectivo caracterizar as relações de alteridade na dinâmica do espaço e da população dos Bairros centrais da cidade de São Paulo, destacando os diferentes aspectos de sua modernização no quadro da evolução capitalista, que intensificaram o seu ritmo de actividades, bem como as desigualdades espaciais entre áreas urbanas. Esses factores têm consequências directas sobre as diferentes formas de hospitalidade que a cidade vem adquirindo através dos tempos. Estereótipos se criaram em função de sua imagem de “selva de pedra”, e portanto, de inhospitalidade, ao lado de outras que se constituíram no processo de acolhimento aos imigrantes estrangeiros e aos migrantes internos, de uma cidade que oferece oportunidades, que acolhe sem discriminação. Resulta dessa reflexão a constatação da possibilidade de criação de formas de solidariedade e de espaços ou lugares de hospitalidade na vida colectiva dos Bairros e das festas comunitárias.

¹ Docentes do programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi- UAM/ São Paulo / BRASIL

² Universidade Anhembi Morumbi- UAM/ São Paulo / BRASIL

³ Universidade Anhembi Morumbi- UAM/ São Paulo / BRASIL

Em todas as esferas do quotidiano, no plano da vida institucional ou na diversidade de territórios de sociabilidade humana, nos locais de trabalho ou de lazer, nos espaços privados num tempo assustadoramente complexo, importa conseguir promover práticas de cidadania assentadas no valor de acolher a diferença no respeito ao outro enquanto outro
(Baptista, 2005).

Este trabalho resulta das reflexões levadas a efeito pelo grupo de pesquisa: Socioantropologia da Hospitalidade, do Mestrado em Hospitalidade, da Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, Brasil. A proposta do trabalho é reflectir sobre as relações de alteridade no contexto da hospitalidade urbana, tomando-se como referência o espaço urbano como universo de relações sociais. A reflexão centra-se num projecto de pesquisa intitulado “São Paulo recebe”, levado a efeito pelo grupo de pesquisadores com o objectivo de entender a dinâmica do espaço e da população dos Bairros centrais da cidade de São Paulo, percorrendo seus arredores (*arrondissements*), inspirando-se em grande parte, na pesquisa efectuada por Michel et Monique Pinçon-Charlot para a cidade de Paris. (Cf. Pinçon e Pinçon-Charlot, 2001) e na reflexão de outros autores que serão mencionados no decorrer do artigo. O projecto em curso, objectiva levantar situações de acolhimento e inospitalidade na região central da cidade de São Paulo.

Para tanto, são necessárias algumas informações sobre a cidade e seus bairros centrais: centro de comércio e de serviços, intensamente verticalizada, o Centro de São Paulo caracteriza-se por uma ocupação de intenso dinamismo no horário comercial, grande adensamento populacional e baixo índice de moradias em condições subnormais. Concentrando importante património histórico cultural, destacam-se nessa área, as tradicionais ruas de comércio especializado: 25 de Março (bijutarias, papelaria e tecidos), Santa Efigénia (equipamentos eletroeletrónicos e computadores), São Caetano (vestido de noiva), José Paulino, Oriente e Maria Marcolina (vestuário popular e enxovais).

Parte das edificações (muitas tombadas pelo Conselho Municipal de Preservação do Património Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – Conpresp) encontra-se em um processo de alteração de uso, transformando-se em centros culturais (prédio dos Correios do Vale do Anhangabaú, Caixa

Económica Federal da rua Roberto Simonsen, entre outros), bem como abrigando secretarias dos governos municipais e do estado de São Paulo, acções que visam revitalizar a região por meio de investimentos no mercado imobiliário com a conversão de edificações comerciais em prédios residenciais (como a conversão dos hotéis Britânia e Central em prédios de apartamentos) e programas de renovação ambiental e paisagística.

Iniciativas no sentido de demarcação de espaços legais para a realização do comércio ambulante redundam em fracassos subsequentes. Existe uma permanência histórica da actividade na região. Inicialmente comercializavam-se produtos de consumo imediato nas vias de acesso e área externa do Mercado Municipal, então localizado na rua Vinte e Cinco de Março, nas proximidades da rua General Carneiro. Carrocinhas circulavam pelas ruas, entregando géneros de porta em porta. Demolido o edifício, o terreno foi convertido em uma praça ajardinada, hoje intensamente ocupada por vendedores que comercializam toda sorte de produtos típicos das diferentes regiões brasileiras, bem como artigos importados e/ou pirateados, que sugerem a prática de contrabando, sonegação fiscal e ausência de obrigações trabalhistas.

Reunidos principalmente nas ruas de comércio popular, o uso desorganizado do espaço, com a presença de coberturas improvisadas, ausência de sistema de depósito do lixo e o grande número de vendedores em áreas restritas comprometem a circulação dos pedestres, tornando-se uma verdadeira batalha a circulação por esses locais.

Nas brechas de encerramento das actividades formais, as ruas são ocupadas por moradores das habitações colectivas, que usam-nas como extensão de suas casas, mediante instalação de churrasqueiras e aparelhos de som, que divertem adultos e crianças.

Vai-se ao centro, mesmo quando não há intenção de ir, em virtude de um sistema de transportes pouco objectivo que mantém linhas de ônibus centralizadas na região desde o período imperial, quando não havia vias de ligação entre os bairros e todos os caminhos conduziam ao triângulo histórico.⁴ Apesar do metro, o circuito dos ônibus de passageiros reproduz o mesmo traçado, sem objectivar a distribuição das linhas, que em concorrência com os veículos

⁴ O triângulo histórico é formado pelas ruas Direita, XV de Novembro, São Bento e adjacências.

particulares, congestionam as principais vias de circulação a qualquer hora do dia. Os pontos iniciais localizam-se, sobretudo, nos arredores das praças da Sé e República, e nos terminais urbanos no parque Dom Pedro e praças da Bandeira e Princesa Isabel, ou seja, presentes na área delimitada pelo estudo.

A diversidade cultural da cidade materializa-se na constituição de áreas de forte concentração étnica, como é o caso dos judeus (Bom Retiro) e árabes (25 de Março), que gradativamente vão sendo influenciados por nordestinos, mineiros, nortistas e, recentemente, coreanos e bolivianos, alterando a tessitura social e arquitectónica. Identidades diferenciadas permeiam a trama urbana, configurando-se em recurso actualmente valorizado pelos programas de exploração turística.

Desta forma, o que se pretende ressaltar e discutir, são os diferentes aspectos da modernização da cidade de São Paulo no quadro da evolução capitalista, que intensificam o seu ritmo de actividades e causam uma expansão da divisão de trabalho. Isso provoca, como consequência natural, um desdobramento em diferentes núcleos urbanos que, por sua vez, determinam desigualdades espaciais entre áreas urbanas.

Nessa imensa malha de relações e contradições contínuas, a cidade de São Paulo se organiza criando espaços para ordenar as relações sociais. Desta forma, a verdadeira compreensão da cidade passa pela forma de apropriação de seu espaço e o uso desse espaço pela população.

A imagem de São Paulo aliada ao progresso ou como a locomotiva que conduz o restante do país, construída ao longo do processo cujas origens remontam ao desenvolvimento da economia cafeeira e à industrialização, nos remete necessariamente à história e à trajetória da cidade. É bastante difundida hoje a imagem de São Paulo como uma “selva de pedra”, uma cidade preferencialmente voltada aos serviços, aos negócios, aos investimentos financeiros, num processo de desindustrialização, ainda que assumindo a liderança sobre uma série de actividades fundamentais do país, no sector financeiro, no aspecto cultural etc., mas passando visivelmente por uma desaceleração do seu ritmo de crescimento. Esse “movimento” tem consequências directas sobre as diferentes formas de hospitalidade que a cidade vem adquirindo através dos tempos. Estereótipos se criaram em função dessa imagem de “selva de pedra”, e portanto, de inospitalidade, ao lado de outras que se constituíram no processo de acolhimento aos imigrantes estrangeiros e aos migrantes internos, de uma cidade que oferece oportunidades, que acolhe sem discriminação.

Consequências do desenvolvimento urbano para a sociabilidade

O desenvolvimento urbano, como bem mostra Morin (1978), não somente trouxe o florescimento individual, liberdade e lazer, mas atomização como consequência das coerções organizacionais. Isso aponta para a importante função da hospitalidade.

Aqui se adota a noção de hospitalidade descrita por Camargo (2002) como “um conjunto de leis não escritas que regulam o ritual social e cuja observância coloca em marcha o vínculo humano e cuja violação remete os indivíduos e as sociedades ao campo oposto, da hostilidade”.

Aborda-se a hospitalidade no sentido de uma abertura para a alteridade, enquanto o primeiro grau de compromisso e de alianças que ampliam, fortalecem ou rompem vínculos sociais. As modalidades de Hospitalidade que sempre acompanharam o homem na sua trajetória histórica perduram até hoje mas agora, ultrapassaram as suas fronteiras tradicionais e permeiam instâncias sociais colectivas, políticas e económicas.

O espaço pensado como uma construção social, um espaço-tempo historicamente definido, construído, (Castells, 1983) tem uma função social primordial como lugar de sociabilidade, pois é o lugar que confere sentido de pertença e dá ao cidadão a seiva que nutre sua identidade, embora dentro da diversidade que está subjacente às diferenças no espaço e na estrutura social. A organização desse espaço, com suas formas de expressão e características de expansão, determina desigualdades espaciais entre as áreas urbanas. Assim, como diz Lynch, (1982, p.12) “a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo perceptível no decurso de longos períodos de tempo”. Cada momento encerra muito mais do que é possível uma geração apreender, uma cadeia de acontecimentos e constructos historicamente trabalhados por sujeitos sociais diferentes, convivendo num “mesmo palco”. É por isso que a nossa percepção da cidade não é integral, mas parcial e fragmentária, porque é uma realidade em constante construção.

As cidades surgem num determinado espaço e, enquanto produto social, surgem ocupando-o progressivamente, dotando-o de uma estrutura de dimensões sociais estratégicas e simbólicas. Morar numa cidade significa trabalhar, recrear, compartilhar espaços urbanos, e principalmente supõe interacção, sociabilidade.

M. Maffesoli (1984, p. 27) faz interessantes considerações sobre o espaço urbano como suporte da sociabilidade, quando afirma que a cidade é “potencialmente, rica em aventuras e através do jogo da diferença, pode provocar situações, encontros, e momentos particularmente intensos”.

Mas, esse aspecto da sociabilidade no quadro da modernização e da evolução capitalista em seus diferentes aspectos, intensifica o ritmo e a expansão da divisão do trabalho, o que provoca naturalmente, um desdobramento em diferentes núcleos urbanos que determinam as desigualdades espaciais entre as áreas urbanas. Os indivíduos estão claramente delimitados num espaço, - espaço esse que se confunde com sua identidade. O espaço não é o reflexo da sociedade, mas sua expressão, como lembra Léfèbvre (2001) a respeito da produção do espaço urbano.

Baptista e Carvalho, (2004), lembrando Bourdieu, salientam que a Sociologia deve considerar a importância do fato do indivíduo estar “acantonado num lugar e num momento”, enquanto propriedade essencial do seu objecto, pois para Bourdieu, há uma correspondência entre os espaços sociais e os espaços urbanos. Essa noção está implícita nos conceitos de *habitus*, que Baptista e Carvalho (2004, p. 27) resumem como “a incorporação que cada um de nós faz do social e que condiciona as nossas acções e reacções, assim como nossas preferências, gestos, aversões e maneiras de pensar, de perceber e de sentir”. Isso reforça as diferenças entre grupos sociais relacionadas às diferenças entre as áreas habitacionais.

Para Regina Prosperi Meyer (1979) o regulador dessa ocupação é o valor do solo urbano e, enquanto a produção do espaço é obra de um trabalho colectivo, seu consumo tem sido sempre privilégio de classes. As reflexões sobre como se desenvolve, se ordena e se controla o espaço numa cidade, tocam portanto, não somente na questão do solo e do trabalho, mas principalmente no significado dos valores que regem a sociedade em que vivemos.

A cidade, diz Paul Singer (1973) é a sede do poder e, portanto, da classe dominante. Talvez por isso, as cidades passem por um processo de contínua destruição e reconstrução, num esvaziamento da região urbana central e desalojamento do cidadão para regiões periféricas, num processo de “espoliação urbana” (Kowarick, 2003, p. 81 e segs.). Este autor trabalha com o conceito de cidadão privado e sub-cidadão público, na análise da noção de exclusão social e económica. Trata-se de alargar essa noção, diz ele:

[...] ela não é apenas a materialidade objectiva que decorre primordialmente do processo de venda da força de trabalho e do seu desgaste, que no caso das cidades supõe também o acesso aos bens de consumo colectivo [...] As condições materiais objectivas, de per si, não constituem o motor das transformações sociais, pois o que importa é o processo de produção de experiências do qual decorrem os significados que ele passa a ter para múltiplos e frequentemente opostos actores sociais (Kowarick, 2003, p.83).

Nesse processo, residências passam a ser utilizadas comercialmente ou são destruídas e substituídas por prédios, *shoppings-centers* etc. Tudo isso em nome da modernidade.

A função social do espaço urbano é de extrema importância, pois é o lugar de passagem comunicação, informação e integração. Dessa forma, um espaço fragmentado se reflectirá na qualidade de vida e nas relações inter-humanas. Segundo Maurice Godelier, (2002) vivemos num contexto social cujo modelo económico exclui, em seu processo de produção, um grande número de seus membros em função do progresso tecnológico, e, além disso, nos países desenvolvidos a principal fonte de exclusão dos indivíduos é a economia. Mas, a incapacidade manifesta do mercado e do estado em resolver a amplitude dos problemas sociais, conduz à busca de formas de uso do espaço urbano que permitam uma sociabilidade participativa, o que representa as condições objectivas, socialmente necessárias para a reconstituição da sociabilidade fundamental à vivência da alteridade.

Assim, na diversidade de espaços de sociabilidade, é importante criar condições de proximidade que ajudem a consolidar as relações de convivialidade para superar as condições de isolamento, injustiça e exclusão. O enraizamento, o sentido de pertença a um grupo social, confere identidade aos indivíduos e isso lhes dá, em função do uso colectivo e participativo do espaço público, condições de superação das tendências de desintegração devido à fragmentação do processo de urbanização.

Espaços que criam vivências de convivialidade são particularmente importantes para o homem contemporâneo pelos riscos do individualismo que compromete o equilíbrio entre o publico e o privado.

Jacques Godbout (1999, p. 252) aponta para o fato de que “o homem moderno se liberta dos vínculos com as pessoas substituindo-os por vínculos com as coisas”. Mas, diz ele, “o efeito perverso desse processo é que a acumulação

não só não liberta, como também aumenta nossa dependência em relação às coisas e cria uma infinidade de necessidades”. Assim “o moderno pseudo-emancipado do dever de reciprocidade, desmorona-se sob o peso da acumulação do que ele recebe sem retribuir, torna-se doente, e sua sensibilidade o torna incapaz de suportar as relações humanas”.

O fato da cultura moderna estimular a emancipação dos vínculos sociais concebidos como fardos a serem desvencilhados, aponta para a relevância do espaço público como suporte para a geração de relações sociais, num tempo social que resulta da inserção do indivíduo em actividades participativas e inclusivas.

Espaço, alteridade e hospitalidade

Richard Sennet (1989, p. 21), diz que “o triunfo da liberdade individual de movimento, simultaneamente ao surgimento das metrópoles do século XIX, levou ao dilema específico e que ainda persiste: cada corpo move-se à vontade, sem perceber a presença dos demais”. Ou seja, o estilo de vida da sociedade moderna acarretou o esvaziamento do espaço público. A passagem de uma convivalidade pública e comunitária para um processo de privatização decretou o que Sennet chamou de ‘declínio do homem público’. Para ele, o espaço urbano transformou-se numa área de passagem, não de uso e isso empobreceu o tecido relacional da sociedade, com consequências, evidentemente sobre a hospitalidade.

Balandier (1979, p.256), na mesma linha de argumentação, afirma que na sociedade de indústria avançada encontram-se tendências contraditórias. Há uma aproximação, uma redução do isolamento devido aos meios de comunicação, conferindo aos acontecimentos, uma espécie de ‘ubiquidade’ que assegura um conhecimento do ‘outro’. No entanto, o desenvolvimento das sociedades de massa, forma, por assim dizer, anticomunidades, cujas complexas organizações têm funções que ocultam a pessoa, contribuindo para a solidão individual. Citando P. Schaffer diz: “numa sociedade cada vez mais ‘comunicante’, o indivíduo se sente cada vez mais sozinho”.

Atento à disfuncionalidade urbana, Richard Sennet (1989, p. 21), aponta para os problemas psicológicos decorrentes dessa separação do indivíduo do processo participativo e de acção em grupo. Ocorre, como consequência, um aumento com

as questões relativas ao 'eu' à medida que a participação em actividades com finalidades sociais diminui. Nessa sociedade, diz ele, "as energias humanas básicas do narcisismo são mobilizadas de modo a penetrarem sistemática e perversamente nas relações humanas".

Para ele, a energia básica do narcisismo, no sentido restrito de ser a "preocupação consigo mesmo, que impede alguém de entender aquilo que é inerente ao domínio do eu e da autogratificação e aquilo que não lhe é inerente" está mobilizada de modo a "penetrar sistematicamente e perversamente nas relações humanas". Quando uma sociedade mobiliza os sentimentos subjectivos amplia a preocupação privada em detrimento da preocupação pública, ou seja "a visão intimista é impulsionada na proporção em que o domínio público é abandonado, por estar esvaziado" (Sennet, 1989, p.26).

A ideia básica da alteridade está na noção do 'outro', da diferença que constitui a vida social e só pode ser efectiva na construção de relações empáticas em práticas de cidadania em espaço plural e diversificado. Há, portanto um consenso entre os estudiosos sobre a correspondência entre a forma e qualidade do uso de espaço urbano e a sociabilidade e relações de alteridade.

Há, também, um consenso de que a modernidade fragmentou o uso desse espaço provocando isolamento social, formas de exclusão e múltiplos obstáculos para os relacionamentos comunitários. Tudo isso se soma aos males do mundo contemporâneo da globalização e urbanização crescente – desemprego, emprego precário, exclusão etc. e ninguém questiona sobre a repercussão desses factores nos aspectos sociais e igualmente nos aspectos psicológicos do indivíduo.

No entanto, há, igualmente um consenso quanto à existência de espaços alternativos nos quais grupos sociais, apesar das dificuldades, dos obstáculos, da fragmentação e violência urbanas, criam e experimentam novas unidades sociais, novos estilos e através deles, multiplicam possibilidades de engajamento social.

Os indícios dessas reacções são numerosos. Dentro desse quadro surgem importantes possibilidades que se contrapõem à deterioração da sociabilidade. São dinâmicas socioculturais nas quais os atores sociais são portadores de projectos que imprimem aspirações de actuar, interferir no sentido de provocar mudanças para uma sociedade mais justa e mais equilibrada.

A emergência desses grupos se situa fora dos sectores tradicionais - o público e o privado – por isso mesmo é comumente chamado de terceiro sector. Para

Ruth Cardoso (1997, p.8) trata-se de algo novo que está mudando a sociedade e que não quer “se submeter nem à lógica do mercado nem à lógica governamental”.

Há uma grande diversidade de atores. Entre essas organizações o denominador comum é o carácter voluntário e o compromisso com a comunidade. Esse novo espaço de iniciativas sociais se abre para a experimentação de novos modos de actuar, agir na comunidade e interagir com ela. É o que Isabel Baptista (2005, p.12) chama de “dimensão ética ligada à responsabilidade de existirmos em sociedade. Esse largo campo de iniciativas representa um aspecto importante na moderna concepção de solidariedade com função redistributiva e sua proliferação se explica pelo fracasso do modelo económico em reduzir as desigualdades e assimetrias sociais e pela impotência do estado em atender às necessidades básicas da cidadania.

Hospitalidade: O Dom do espaço

A proliferação dos movimentos ancorados no voluntariado e no engajamento associativo e na criação de solidariedades novas só pode funcionar na opinião de Alain Caillé (2004), no registo do dom. Allain Caillé faz parte de um grupo de intelectuais franceses contemporâneos fundadores do grupo M.A.U.S.S (Movimento antiutilitarista em Ciências Sociais), que tem como núcleo de reflexão, a teoria da dádiva de Marcel Mauss e que se empenha em apontar o alcance dessa teoria para as sociedade modernas.

Esse grupo, como mostra Martins (2004, p.11) “vem chamando a atenção sobre o fato de que a dádiva não constitui uma teoria social a mais, na moda, mas a modalidade específica da produção da convivência não apenas entre os homens mas entre os seres vivos em geral”. Ao rever a teoria de Mauss, Jacques Godbout (1999) assegura que a dádiva não é apenas uma característica das sociedades primitivas mas está presente igualmente nas modernas e contemporâneas e não se refere apenas a momentos isolados e descontínuos mas, enquanto matriz dos vínculos sociais, é a instauradora da sociabilidade.

Godbout (1999, p. 252) ainda salienta que “a dádiva é a alternativa à dialéctica do senhor e do escravo. Não se trata de dominar o outro nem de ser

dominado, mas de pertencer a um conjunto mais amplo, de restabelecer a relação, de se tornar membro”.

A reflexão sobre a permanência da dádiva entre os modernos, juntamente com a questão da hospitalidade e seus desdobramentos são os temas centrais do Grupo M.A.U.S.S e de todos os outros que se uniram a eles seguindo, sem reservas essa linha teórica que Caillé chama de “terceiro paradigma” visando superar os dois grandes paradigmas das Ciências Sociais: o individualismo e o holismo.

Caillé (2002, p. 11) justifica a sua proposta: “como o dom é por natureza aquilo que permite superar a antítese entre o eu e o outro, entre obrigação e liberdade, entre a parte do herdado e a parte do legado a receber, compreender-se-á facilmente que pensar segundo o dom implica aprender a superar a tensão não resolvida entre os dois grandes paradigmas em que se dividem as Ciências Sociais”. Nesse sentido, entende-se a hospitalidade como uma abertura para a alteridade enquanto o primeiro grau de compromisso e de alianças que ampliam, fortalecem ou rompem vínculos sociais.

Definindo hospitalidade como um modo privilegiado de encontro interpessoal marcado pela atitude de acolhimento, Isabel Baptista (2002, p.158), dimensiona toda a sua importância ao afirmar:

Ao tentar sublinhar a dimensão ética da hospitalidade procura-se evidenciar a necessidade de criar e alimentar lugares de hospitalidade, onde, do nosso ponto de vista, surgem a consciência de um destino comum e o sentido de responsabilidade que motiva a acção solidária.

Ao sublinhar a necessidade de criar lugares de hospitalidade, Isabel Baptista confirma a importância que os estudiosos dão às festas populares, consideradas como um espaço privilegiado para o acolhimento, para a hospitalidade, lugar por excelência da expansão da sociabilidade. Realmente, a festa supõe o acolhimento do ‘outro’, numa expansividade colectiva e a hospitalidade que ela supõe, implica a dádiva do espaço e a doação de si mesmo, estabelecendo assim, uma dinâmica de reciprocidade que se identifica com a base da teoria de Mauss.

Rita de Cássia Amaral (1998), aponta em seu trabalho sobre a festa Brasileira, seu poderoso papel mediador entre as estruturas económicas bem como entre as diferenças sociais, estabelecendo pontes entre grupos. Segundo a autora, a festa

é capaz de apreender o sentimento de cidadania, contendo uma tripla importância: Cultural, por colocar em cena valores, projectos, arte e devoção como modelo de acção cultural e como produto turístico capaz de revigorar as cidades.

O ciclo de festas italianas na cidade de São Paulo: Nossa Senhora da Acchiropita, São Genaro, São Vito Mártir, Santo Emidio e Nossa Senhora de Casaluce, demonstra a relevância e o valor de actividades festas no cenário urbano por dispor de lugares e ocasiões para promover o potencial de inserção do indivíduo na comunidade. A mobilização da comunidade através das actividades e funções para a realização da festa, atesta a responsabilidade de pertencer a um grupo comunitário e tem como função reafirmar o sentimento de comunhão, pertença e identidade enquanto grupo. Mulheres se juntam para a preparação de caneloni, pizzas, lasanhas e molhos variados para oferecerem durante a festa. Casais se reúnem para arrecadar dinheiro através de doações, bingos, rifas etc. cujos recursos auferidos é redistribuído em assistência social no próprio bairro.

Isso demonstra que o espaço aberto a práticas sociais e expressão cultural, além de conferir a qualidade de património cultural e integração social e étnica, oferece a possibilidade de vivência da sociabilidade. Na festa, a comunidade existe, acontece e indivíduos de diferentes estratos sociais e étnicas se integram e, num clima de espontaneidade, comungam as diferenças. Carlos Rodrigues Brandão (1989, p.30), também identifica a festa como um acontecimento social de efeito identificador, quando ressalta: “A festa é um tipo de ritual e os limites do ritual podem ser alargados a todas as acções que objectivam e produzem comunicação social”. Assim, ele confirma que a festa permite a afirmação social através do seu papel de aglutinadora de esforços e com isso, mostra sua força social.

Igualmente, Roberto Cipriani (1988), acredita que a “festa coloca em evidência a reapropriação ou, pelo menos o desejo de recuperação, de uma solidariedade, de uma vivência intensa, de um exercício de fantasia, que as mutações das condições sociológicas parecem tornar cada vez mais impossíveis” e que a festa parece possuir condições ideais para a convivialidade e para o acolhimento do ‘outro’.

Considerações finais

O trabalho procurou mostrar a convergência das discussões clássicas sobre a cidade com as recentes preocupações das discussões sobre as condições de vida nas cidades contemporâneas em que as questões de identidade, hospitalidade e alteridade convivem com as discussões sobre as dimensões espaciais e os condicionantes das relações sociais, tomando-se por base, a cidade de São Paulo. Procurou-se trabalhar, em primeiro lugar, com autores clássicos do universo de discussão sobre a cidade, a hospitalidade e os vínculos sociais, e com autores brasileiros e portugueses preocupados com temas afins e que contribuem para a constatação de que pouco a pouco se desenvolvem em maior ou menor escala, situações de convivialidade no universo das contradições próprias ao mundo urbano e situações de hospitalidade e solidariedade que se contrapõem à lógica do interesse e do desenvolvimento económico.

Ao constatar, no caso paulista, por exemplo, a possibilidade de criação de formas de solidariedade e de espaços ou lugares de hospitalidade, caminha-se no sentido de aprofundar as evidências sobre as possibilidades de actuação de movimentos voluntários, no caso de ONGS e mesmo de espaços e lugares de hospitalidade dentro das situações da vida colectiva dos Bairros e das festas comunitárias.

Espera-se assim, contribuir para ampliar ou mesmo estimular o debate em torno de alternativas possíveis de visualizar as possibilidades de criação de um paradigma da hospitalidade em contraposição ao paradigma utilitarista em relação ao futuro das relações em sociedade.

Referências bibliográficas

- Amaral, R. C. M. P. (1998). *Festa à Brasileira: sentidos do festejar no país que não é sério*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, São Paulo.
- Balandier, G. (1979). *Antropológicas*. São Paulo: Cultrix e Editora da Universidade de São Paulo.
- Baptista, I. (2002). Lugares de hospitalidade. Dias, C. M. (Dir.) Hospitalidade: reflexões e perspectivas. São Paulo: Manole.
- Baptista, I. e Carvalho, A. D. (2004). Educação social - fundamentos e estratégias. Porto, Portugal: Porto Editora.
- Baptista, I. (2005). Para uma geografia da proximidade humana. *Revista Hospitalidade*, Ano II, no. 2, 2º. Semestre.
- Brandão, C. R. (1989). *A cultura de rua*. Campinas: Editora Papirus.
- Caillé, A. (2004). *Antropologia do dom, o terceiro paradigma*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Camargo, L. O. L. (2002). Turismo, Hotelaria e hospitalidade. Dias, C. M. M (Dir.) (2002). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole
- Camargo, L. O. L. (2003). Os domínios da Hospitalidade. Bueno, M. M. S. e Dencker, A. F. M. *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Camargo, L. O. L. (2004). *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph.
- Cardoso, R. (1997). Fortalecimento da sociedade civil. Ioschpe, E. B. (Dir.) (1997). *Terceiro sector, desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (1983). *A questão Urbana*. São Paulo: editora Paz e Terra.
- Cipriani, R. (1988). Experimentos com histórias de vida. Simson, O. M. (Dir.) (1988). *Itália/ Brasil. Enciclopédia aberta de Ciências Sociais*. São Paulo: Vértice.
- Godelier, M. (2001). *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Goodbout, J. (1999). *O espírito da dádiva*. São Paulo: Editora Getulio Vargas.
- Kowarick, L. (2003). *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34.
- Léfèbvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro.
- Maffesoli, M. (1984). *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Martins, P. H. e Nunes, B. F. (Dir.) (2004). *A nova ordem social, perspectivas da solidariedade moderna*. Brasília: Paralelo 15.

Meyer, M. R. P. (1979). Segregação espacial. *A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana*. Petrópolis: Vozes.

Morin, E. (1978). *Cultura de Massas no século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Pinçon, M. e Pinçon-Charlot, M. (2001). *Paris Mosaique, promenades urbaines*. Paris: Calmann- Lévy..

Sennet, R. (1976). *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras.

Singer, P. (1973). *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense.